



# SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim Informativo

# Índice

05	<b>Entrevista: “Confiança no Ministério Público : A Perspectiva de Atores de Interlocação Institucional” com Dra. Aline Cotrim</b>
10	<b>MP prioriza prevenção como estratégia de atuação na área de segurança pública</b>
11	<b>Sinase 10 anos: iniciativas qualificam ação judiciária no sistema socioeducativo</b>
12	<b>Censo inédito vai subsidiar Plano de Leitura no Sistema Socioeducativo Escritório Social Virtual: parceiros celebram avanços de aplicativo para pessoas egressas</b>
13	<b>CNJ apresenta ações para aprimorar o combate à tortura em prisões</b>
14	<b>Plenário do CNMP aprova protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise nos sistemas prisional e de segurança pública</b>
15	<b>CNMP e Instituto Igarapé celebram acordo visando ao controle externo da polícia penal e à redução da violência no sistema prisional Justiça Pesquisa: Diagnóstico indica soluções para contencioso judicial tributário</b>
16	<b>Decisões sinalizam nova chance para ex-presos que não conseguem pagar multa</b>
17	<b>CNJ lança Painel de Estatísticas do Judiciário nesta terça-feira SEEU: atualização reforça atenção a pessoas em vulnerabilidade cumprindo pena</b>
18	<b>Revista MP e o Sistema de Segurança Pública Brasileiro está com chamada de artigos aberta Grupo de Trabalho do CNMP inicia diálogos sobre o modelo de atuação do Ministério Público frente aos desafios da pós-modernidade</b>

# Índice

19

**Relatório apresenta ações para atendimento de pessoas em situação de rua**

20

**Pesquisa indica ser necessário mais esforço para prevenir assédio no Judiciário  
Policiais têm prisão decretada por crime de tortura e morte de um homem em Itapebi**

22

**Bahia fecha trimestre com redução de 14,3% nos números CVLIs**

23

**STF endurece critérios para decretação de prisão temporária  
Guerra entre facções eleva taxa de homicídios em até 46% nos estados  
Plenário do CNJ aprova criação de Ouvidoria Nacional da Mulher**

24

**Banco Nacional de Perfis Genéticos já auxiliou em mais de 3 mil investigações criminais  
Operação Força Total intensifica policiamento na Bahia**

25

**Janeiro tem queda de 23,7% nos crimes contra a vida  
Intolerância e falta de políticas estimulam violência contra imigrantes, aponta debate**

26

**Polícia Civil realiza procedimentos por meio digital em todo estado  
Ministro Anderson Torres se reúne com secretários estaduais e debate ações do ano para o reforço da segurança pública**

27

**Reunião do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública marca semana do Ministério da Justiça e Segurança Pública  
MP que cria programa habitacional para policiais abre pauta de quarta-feira**

28

**Feminicídio tem queda de 21,4% em Janeiro  
Brasil M.A.I.S alcança 200 instituições com acesso gratuito a imagens de satélite para combate ao crime**

29

**Depen amplia atendimento de telemedicina nas penitenciárias federais**

# ENTREVISTA

---





# Entrevista



**Dra. Aline Cotrim**  
**Promotora de Justiça do MP/BA**

Entrevista realizada com a Promotora de Justiça, Dra. Aline Cotrim Chamadoira, Promotora de Justiça, Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, objetivando a discussão e reflexão acerca do seu tema de pesquisa e dissertação intitulada: “Confiança no Ministério Público : A Perspectiva de Atores de Interlocução Institucional”.

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

## ***01. O que a motivou a pesquisar sobre o tema “Confiança no Ministério Público: A Perspectiva de Atores de Interlocução Institucional”? Como se desenvolveu a pesquisa?***

Durante o mestrado, tive acesso a diversas pesquisas empíricas que demonstravam um cenário geral de desconfiança nas instituições democráticas, bem como a existência de fortes críticas da academia em relação à atuação do Ministério Público, notadamente frente às violações de direitos em decorrentes de ações policiais e quanto à fiscalização do sistema prisional. No entanto, analisando as pesquisas de confiança existentes acerca do Ministério Público no período, verifiquei que tal cenário negativo não se refletia nas pesquisas mencionadas, uma vez que a instituição desfrutava de nível de confiança relativamente alto, quando comparada com as demais instituições estudadas.

E foi a busca por melhor compreender esse paradoxo apresentado que me motivou a pesquisar a confiança no Ministério Público do Estado da Bahia, tendo desenvolvido uma pesquisa do tipo “survey”, analisando as relações de confiança/desconfiança travadas entre o MP e os demais atores de interlocução interinstitucional, tais como Poderes de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), demais instituições democráticas (Polícias, Defensoria Pública, Departamento de Polícia Técnica, dentre outros) e organizações não governamentais no âmbito local. O estudo teve por objetivos principais não somente verificar quais grupos de atores apresentavam uma maior ou menor confiança no Ministério Público e quais fatores explicavam possíveis diferenças no nível de confiança, como também avaliar se o tipo de atuação do promotor de justiça, conhecido como “promotor de fatos” ou “promotor de gabinete” impactava na confiança que gozava a instituição.

## ***02. Quais foram os resultados mais relevantes obtidos na pesquisa quanto ao grau de conhecimento que os entrevistados demonstraram possuir no Ministério Público?***

A pesquisa revelou dados importantes sobre o grau de conhecimento que os entrevistados afirmaram ter da instituição. Inicialmente, cabe destacar que 60,8% dos entrevistados afirmaram “conhecer muito” ou “conhecer” o Ministério Público; 38,9% manifestaram ter pouco conhecimento (“conhecer pouco” ou “ouviu falar”) e 0,3% indicaram que “nunca ouviram falar”, tendo a instituição ocupado o 8º lugar no ranking de instituição mais conhecida dentre as 28 listadas. Comparativamente com as outras instituições integrantes do Sistema de Justiça, o Ministério Público ficou atrás apenas da Defensoria Pública, que foi indicada como a 4ª instituição

mais conhecida. Embora menos de 1% dos entrevistados tenha informado desconhecer completamente o MP, verifica-se ainda um significativo percentual de respondentes com pouco conhecimento a respeito desta. Tais dados ficam evidentes quando os entrevistados foram perguntados sobre os cargos que integravam a instituição e também sobre suas funções, uma vez que muitos dos respondentes apresentaram ideias confusas e imprecisas, indicando cargos e funções de outras instituições. Quanto aos cargos, 37,3% dos entrevistados afirmaram que o cargo de defensor público pertence à instituição, como também os de advogado (31,9%) e de juiz de direito (21,7%). No que concerne às funções da instituição, os entrevistados não demonstraram conhecer, de forma clara, a distinção de atuação do MP, Defensoria e OAB, bem como confundiram as atribuições do MP, com as funções de julgar processos, executar políticas públicas e elaborar leis, típicas dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, respectivamente.

Por fim, destaca-se o fato de a atribuição de controle externo da atividade policial não ser reconhecida, pela maioria dos entrevistados, como função da instituição. Em outra pergunta, foram listadas as 12 principais atribuições do Ministério Público, a fim de que os entrevistados avaliassem o desempenho da instituição em cada área. Numa análise geral, o desempenho foi bem avaliado, uma vez que, dentre as 12 atribuições descritas, 10 tiveram avaliações positivas de desempenho (ótimo/bom) dos entrevistados em percentual superior a 50%, sendo que somente nas áreas de controle externo da atividade policial e fiscalização das condições dos presídios, observou-se uma redução nos percentuais dos respondentes que entenderam ser “ótimo” e “bom” o serviço prestado pela instituição. Também foram lidas 16 frases sobre a atuação do Ministério Público Estadual, a fim de que os respondentes indicassem seu grau de concordância, em que se verificou que o MPE, em todas as afirmações, apresentou um bom conceito na opinião dos entrevistados, sendo considerada uma instituição atuante, composta por pessoas qualificadas, prestadora de bom atendimento ao cidadão, transparente, dentre outros, sendo que os atributos que receberam uma pior avaliação foram de agilidade, fácil acesso a membros/servidores e tratamento igualitário entre ricos e pobres. Por fim, outro resultado relevante consistiu na identificação dos mecanismos utilizados pelos entrevistados para obtenção de informações acerca do MP, tendo sido os meios virtuais preferidos aos tradicionais, destacando-se blogs e sites (51,8%); redes sociais (38,9%) e rádio (34%).

### ***03. De acordo com a pesquisa realizada, quais grupos de atores (órgãos/representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das Instituições e das ONG's) apresentaram as melhores e piores avaliações de confiança dos entrevistados? O Ministério Público teve uma boa avaliação de confiança?***

Neste tópico, perguntou-se aos entrevistados a respeito da confiança que depositavam nas instituições democráticas em geral, tendo 30,5% dos entrevistados manifestado avaliações negativas acerca da confiança nas instituições democráticas listadas, afirmando que confiavam pouco ou não confiavam nestas, enquanto 49,9% afirmaram confiar parcialmente e apenas 16,9% confiavam totalmente. Com efeito, aproximadamente 1/3 dos entrevistados não confiavam, em diferentes graus, nas entidades correspondentes aos Poderes de Estado, Sistema de Justiça, Instituições de Segurança Pública, Organizações Associativas, imprensa, dentre outros, confirmando o atual cenário vivenciado de desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Além disso, numa análise de extremos, quando perguntados acerca das entidades que os entrevistados confiavam totalmente dentre as 28 listadas, as 5 (cinco) entidades apontadas como as mais confiáveis no âmbito local foram: Corpo de Bombeiros (63,3%), Defensoria Pública (47,9%), Ministério Público Estadual (41,0%), Ministério Público Federal (32,8%) e Forças Armadas (32,2%). Noutro giro, quando perguntados sobre as entidades que os respondentes não confiavam, as 5 indicadas como menos confiáveis foram: Partidos Políticos (52,7%), Governo Federal (37,0%), Senado Federal (36,1%), Câmara dos Deputados (32,8%) e Câmara dos Vereadores (31,0%). Nesse ponto, observa-se que as burocracias foram apontadas como mais confiáveis do que as instituições eletivas, o que pode ter origem no fato dos políticos serem mais suscetíveis a “*accountability*” do que os burocratas, especialmente por meio do voto, gerando um cenário de maior credibilidade dos primeiros em comparação aos últimos.

Por derradeiro, o Ministério Público do Estado da Bahia obteve avaliações positivas de confiança na pesquisa, tendo 41% dos entrevistados afirmado confiar totalmente na instituição, sendo que comparativamente às outras instituições integrantes do Sistema de Justiça, ficou atrás apenas da Defensoria Pública (47,9%), seguido do Ministério Público federal (32,8%), Ordem de Advogados do Brasil (21,7%) e Procuradoria-Geral da República (19%).

#### **04. Quais grupos de atores apresentaram maior ou menor confiança no Ministério Público e quais fatores explicariam possíveis diferenças no nível de confiança?**

A partir de um cruzamento estatístico realizado entre as respostas dos entrevistados acerca da confiança no Ministério Público e as instituições que estes integravam, conseguiu-se obter um panorama do nível de confiança no Ministério Público por segmentos que compuseram a amostra do estudo. Assim, os 5 segmentos que manifestaram confiar mais no Ministério Público foram: o Poder Judiciário (63,6%), os Núcleos Estaduais (57,7%), os Equipamentos de Saúde (57,1%), a Sociedade Civil (50%) e a Imprensa (42,9%), afirmando confiar totalmente na instituição. Noutro giro, somando-se a opinião dos que manifestaram confiar pouco ou não confiar no Ministério Público, os segmentos que se destacaram foram os Conselhos de Classe (20%), Imprensa (14,3%), Conselhos de Políticas (13,5%), Defensoria Pública (11,1%) e Polícias (10,3%). Dentre os Poderes da República, o Poder Judiciário foi o que demonstrou maior confiança no Ministério Público, somando 63,3% que confiavam totalmente na instituição, em segundo lugar o Poder Legislativo (40%), seguido do Poder Executivo em percentual próximo a 39,3%.

Quanto ao segmento da Polícia, verificou-se que o Departamento de Polícia Técnica apresentou maior percentual de confiança no Ministério Público, tendo 80% dos entrevistados dessa instituição afirmado que confiam totalmente e 20% que confiam parcialmente no MP. Em relação às Polícias Civil e Militar, por sua vez, constatou-se que 34,8% e 56,5% dos integrantes da primeira afirmaram que confiam totalmente e parcialmente no Ministério Público, enquanto 19% e 66,7% dos integrantes da Polícia Militar afirmaram confiar

totalmente e parcialmente na instituição, respectivamente; a demonstrar que, mesmo com percentuais próximos, a Polícia Civil manifestou maior confiança no MP do que a Polícia Militar no presente estudo.

Ademais, na revisão de literatura realizada, foram identificados grupos de variáveis culturalistas (referente à avaliação da missão fundamental da instituição, norteadas por valores e pelo contexto social) e institucionalistas (relativa à avaliação do desempenho institucional, segundo a experiência dos cidadãos com a instituição) que poderiam impactar na confiança institucional no MP. Após teste estatístico aplicado, os resultados do presente estudo indicaram, quanto às variáveis culturalistas, que possuir idade superior a 45 anos, nível de instrução superior (superior incompleto) e religião evangélica não pentecostal impactaram positivamente na confiança no Ministério Público. Ademais, ser considerada legítima a atuação da instituição estudada também impactou positivamente a confiança de que esta goza. Quanto às variáveis institucionalistas, os resultados demonstraram que ter sido a instituição reconhecida como detentora dos atributos de boa atuação, qualificação e ética impactou positivamente na confiança desta. Além disso, também se verificou que o contato direto do entrevistado com o Ministério Público refletiu positivamente na confiança da instituição e que a boa avaliação do contato recebido também impactou positivamente na confiança desta. Por derradeiro, percebeu-se que não ter vivenciado o contato involuntário de acompanhar adolescente em conflito com a lei impactou positivamente a confiança na instituição.

#### **05. Considerando os conceitos trazidos em sua pesquisa, sobre o “promotor de fatos” e o “promotor de gabinete”, qual a opinião dos entrevistados acerca dos tipos de atuação existentes no MP? Tais tipos de atuação impactaram na confiança que goza a instituição?**

A pesquisa também se propôs a testar uma segunda hipótese, relacionada ao perfil do promotor de justiça. Assim, os entrevistados foram questionados sobre os tipos de atuação do promotor de justiça (“promotor dos fatos” e “promotor de gabinete”) a partir de assertivas que ilustravam cada uma dessas classificações, a fim de que os entrevistados respondessem se “concordavam”, “discordavam” ou “não concordavam nem discordavam”.

Das 11 assertivas listadas quanto ao tipo de atuação do membro do Ministério Público, a maioria dos informantes manifestou preferência por 8 das correspondentes a “promotor dos fatos” e por 3 referentes a “promotor de gabinete”. Como se observou, há uma preferência dos respondentes pela tipologia “promotor dos fatos”, a demonstrar que os entrevistados entendem a instituição num papel que deve transcender o sistema judiciário, estendendo-se à solução do problema social. O cruzamento das afirmações correspondentes a tipologia de “promotor de gabinete” e a confiança institucional no Ministério Público não indica uma provável associação entre as variáveis. Isto, porque não se verificou diferenças significativas do percentual de confiança caso o entrevistado concordasse ou não com as afirmações correspondentes à tipologia de “promotor de gabinete”. Estes achados indicam que a confiança dos entrevistados na instituição prevaleceu às formas de atuação individuais dos seus membros, sejam elas mais tradicionais ou não.

**06. No cenário atual, de desconfiança nas instituições democráticas, quais aspectos institucionais devem ser reforçados a fim de que o Ministério Público não perca credibilidade, melhorando sua avaliação de confiança junto à sociedade?**

Numa perspectiva crítica, para a melhoria dos indicadores de confiança do MP na realidade estudada, concluiu-se se fazer necessário: 1) ampliação de contato e relações entre os indivíduos mais jovens e a instituição; 2) aproximação entre a instituição e as pessoas de menor nível de escolaridade; 3) ampliação e fortalecimento da comunicação da instituição e a sociedade em geral a partir de meios eletrônicos, notadamente sites e redes sociais; 4) investimentos continuados na melhoria dos atributos de desempenho da instituição, notadamente a agilidade, acessibilidade aos membros e tratamento igualitário entre ricos e pobres; e 5) melhoria na qualidade do contato direto institucional e do contato involuntário de acompanhamento de adolescente infrator.

Para além disso, diante da constatação de pouco conhecimento real dos respondentes a respeito dos cargos e atribuições do MP, seria relevante uma melhor divulgação do trabalho desempenhado pela instituição, aproximando-a da sociedade, notadamente utilizando-se de meios eletrônicos. Por fim, as atribuições de controle externo da atividade policial e fiscalização dos presídios necessitam de um olhar mais cuidadoso da instituição, diante das avaliações negativas de desempenho recebidas.

**Considerações finais**

Gostaria de agradecer imensamente este importante espaço criado pelo CEOSP para valorização e divulgação de trabalhos acadêmicos dos membros, reforçando os agradecimentos ao Ministério Público da Bahia pela parceria e por me oportunizar o aperfeiçoamento profissional. Espera-se que este trabalho contribua, ainda que modestamente, para desenvolvimento do campo no que toca à confiança no Ministério Público, no sentido de que uma vez alargada e aprofundada a discussão acerca das variáveis que impactam na confiança da instituição, possa-se melhor avaliar e aplicar políticas institucionais tendentes a aproximar, cada vez mais, a instituição da sua missão fundamental e das reais expectativas da sociedade.

[Confira a dissertação](#)

*Dra Aline Cotrim Chamadoira  
Salvador, 09 de março de 2022*



# Notícias do MP

---

MP/BA, CNJ e CNMP



# MP prioriza prevenção como estratégia de atuação na área de segurança pública



Casos complexos da área de Segurança Pública, que geraram grande interesse social e com abrangência territorial envolvendo mais de uma comarca, ganharam atenção especial do Ministério Público estadual este ano com a criação do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), no mês de junho. Focado nas ações preventivas, que demandam uma atuação despersonalizada do promotor de Justiça e exigem a utilização de instrumentos empregados na promoção e tutela coletiva de direitos fundamentais e de efetivação de políticas públicas, o Grupo reforçou o trabalho do MP no acompanhamento da atividade policial e fomento a melhorias estruturais nas unidades policiais. Ele integra o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). Segundo o promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Ceosp,

“o Geosp surgiu da necessidade urgente de uma atuação ministerial mais eficiente e resolutive no controle externo da atividade policial e tutela difusa do direito à segurança pública, tendo como principais desafios a consolidação de um banco de dados confiável, o diagnóstico preciso e o enfrentamento coordenado dos problemas mais críticos registrados em todo o estado”. A prevenção por meio do levantamento de dados é uma das estratégias que caracteriza a atuação do grupo, com base numa ideia que norteou diversas ações do Ceosp, explica o promotor, ressaltando que o objetivo é cuidar para que a política pública e o orçamento sejam mais voltados ao aprimoramento da segurança pública, não apenas na vertente da repressão, mas na prevenção e na melhoria dos órgãos que compõem o sistema. [...]

O MP realizou ainda com a Seap reunião para discutir soluções para problemas no âmbito do sistema prisional. A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, acompanhada da procuradora-geral Adjunta para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci, recebeu o secretário Nestor Duarte para tratar de diversos temas relacionados ao sistema prisional, dentre eles, a alteração legislativa relativa ao alinhamento da Constituição Estadual com a emenda 104 da Constituição Federal, que cria e normatiza a Polícia Penal. A reintegração social foi ainda um dos focos do Ceosp. Exemplo disso foi o projeto ‘MP Educa Relere - Remição, Letramento e Reintegração’, desenvolvido pela Umep no Conjunto Penal de Itabuna. Ele possibilita a redução da pena por meio de atividades educativas.

A atuação em prol da segurança pública tem sido reforçada nas comarcas do interior por meio dos Comitês Interinstitucionais em Segurança Pública Regionais (Cisps).

Somente em 2021, eles foram implantados em quatro municípios: Cachoeira, Ipiá e Itaparica/Vera Cruz e Cruz das Almas. Em todo o estado, esses Comitês realizaram 44 reuniões e diversos seminários para debaterem temas e buscarem soluções para situações que envolvem crimes violentos, letais e intencionais, crimes de roubo, abordagem policial, poluição sonora, abuso de autoridade, violência doméstica, prevenção do uso de substâncias entorpecentes entre crianças e adolescentes, escuta especializada, crimes contra o patrimônio, dentre outros. O objetivo dos Cisps é promover o aperfeiçoamento do sistema de defesa social e contribuir para implantação de um novo modelo de segurança pública. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)  
[Fonte: MPBA](#)

# Sinase 10 anos: iniciativas qualificam ação judiciária no sistema socioeducativo

## A Lei 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)



Há 10 anos, era aprovada a Lei 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Além de definir responsabilidades dos diferentes entes federativos para uma ação mais qualificada junto a jovens que cometeram ato infracional, a lei organizou e estabeleceu princípios, regras e critérios para a execução de medidas socioeducativas. Segundo dados mais recentes do Levantamento Anual do Sinase, estima-se que havia cerca de 140 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no país em 2017.

Desde 2019, o Sinase é um dos principais nortes que orienta as ações do Conselho Nacional de Justiça para apoiar tribunais e magistratura, além de outros atores relevantes com atuação no campo socioeducativo. Por meio de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no programa Fazendo Justiça, o CNJ trabalha ações com incidência em diferentes fases e necessidades do ciclo socioeducativo, incluindo criação de plataforma judiciária que permitirá o acompanhamento da execução da medida socioeducativa, facilitando a gestão e a obtenção de dados em tempo real.

Para o juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Antonio Tavares, a participação do Judiciário em cooperação com os poderes executivos estaduais é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o melhor interesse de crianças e adolescentes. “O foco é a proteção do desenvolvimento infanto-juvenil, diminuindo impactos da intervenção estatal na liberdade, nos corpos e nos projetos de vida de adolescentes. O CNJ está profundamente comprometido com a garantia de direitos dessa população com prioridade absoluta, como preconizam nossa Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também o Sinase.”

### Sistemas atualizados

Desde a aprovação da Resolução CNJ n. 326/2020, que criou novos procedimentos para inspeções, coleta e sistematização de dados relativos a adolescentes responsabilizados por atos infracionais, equipes técnicas do CNJ e do Fazendo Justiça trabalham na atualização do cadastro de unidades socioeducativas, que passará a ser denominado Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS), em substituição ao atual CNIUIS.

Além de modificações dos parâmetros de inspeção em unidades de internação e semiliberdade, no novo cadastro, magistrados e magistradas preencherão formulário obrigatório nas inspeções semestrais a entidades ou programas para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. As informações coletadas terão variações de acordo com o período das inspeções. No caso das bimestrais, os dados serão exclusivamente os relacionados à execução da medida, enquanto as visitas semestrais também incluirão informações quanto à estrutura física e corpo técnico das unidades. Outra inovação é a possibilidade de preenchimento dos dados a partir de dispositivos móveis, otimizando o tempo dedicado às inspeções.



## Censo inédito vai subsidiar Plano de Leitura no Sistema Socioeducativo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), iniciou, nesta semana, um mapeamento inédito da oferta de práticas de leitura nos espaços de atendimento socioeducativo. O resultado servirá como base para elaboração do Plano Nacional de Fomento à Leitura no Sistema Socioeducativo, com estratégias de organização, atualização, diversificação e ampliação de acervos e práticas de fomento à qualificação da leitura. Trabalho semelhante já vem sendo realizado em relação ao sistema prisional desde 2020, inclusive com apoio de grupo de trabalho criado no âmbito do CNJ

Nesse primeiro momento, foram convidados a responder o questionário os gestores de unidades socioeducativas do país,



com prazo até dia 24 de fevereiro – gestores e gestoras de unidade que não receberam o questionário, devem enviar e-mail para [leiturasocioeducativo@gmail.com](mailto:leiturasocioeducativo@gmail.com)

Em um momento posterior, a gestão estadual também será convidada a preencher um questionário específico. A estratégia também envolverá a seleção de projetos realizados em unidades de todo o país para entrevistas aprofundadas.

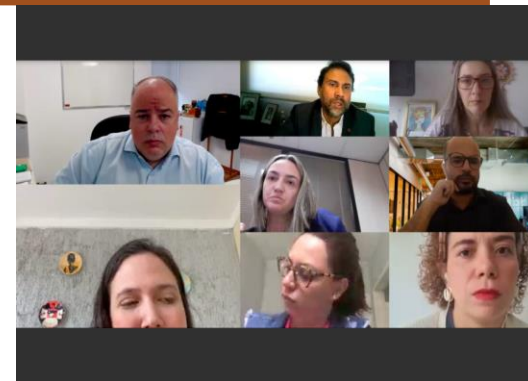
[Acesse o questionário para preenchimento](#)

[Leia na íntegra. Fonte: CNJ](#)

## Escritório Social Virtual: parceiros celebram avanços de aplicativo para pessoas egressas

O aplicativo Escritório Social Virtual (ESVirtual), desenvolvido desde 2019 para associar novas tecnologias à reintegração social de pessoas que tiveram contato com o cárcere, foi tema de reunião nesta semana para a finalização da primeira fase do projeto. Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Fundo de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e da Universidade de Brasília (UnB) discutiram as entregas do aplicativo, que já reúne mais de 4 mil pessoas usuárias, e manifestaram interesse na continuidade da ação, considerando os impactos positivos para a sociedade e potenciais futuros em escala nacional.

O ESVirtual teve sua primeira versão lançada em abril de 2020, propondo um ambiente virtual complementar às 29 unidades físicas do Escritório Social pactuadas em 19 estados. A ação integra o programa [Fazendo Justiça](#), parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Departamento Penitenciário Nacional, para incidir em desafios na privação de liberdade. “O desenho do Escritório Social Virtual é focado no usuário e tem diferencial na validação de propostas com o público-alvo para garantir a utilidade do aplicativo”, pontuou a representante do programa Fazendo Justiça responsável pelo projeto, Pollyanna Alves.



Entre as funcionalidades, usuários e usuárias podem acompanhar a situação processual, ter acesso à rede georreferenciada de atendimento psicossocial e de saúde e acessar cursos profissionalizantes e oportunidades de emprego. Embora grande parte do conteúdo já tenha caráter nacional, as informações georreferenciadas alcançam 13 unidades da Federação, com previsão de expansão a todos os locais onde os Escritórios Sociais operam. O projeto tem o financiamento da FAP-DF e é desenvolvido pela UnB com apoio técnico do Fazendo Justiça.

[Leia na íntegra. Fonte: CNJ](#)



# CNJ apresenta ações para aprimorar o combate à tortura em prisões

Dos 56 mil casos de tortura relatados durante audiências de custódia nos últimos seis anos, menos de 5% foram investigados. Os dados são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apresentou, para representantes do Subcomitê da ONU de Prevenção à Tortura (SPT), na terça-feira (1º/2), um relatório de ações que vem sendo colocadas em prática no combate ao tratamento degradante contra pessoas presas. Desde 2019, o CNJ vem trabalhando com parceiros internacionais de diferentes instituições para minimizar as violações aos direitos humanos dessas pessoas. Os peritos do SPT receberam as informações do coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), Luís Lanfredi. O órgão é responsável por acompanhar o cumprimento das resoluções e recomendações do CNJ em relação ao sistema prisional.

[Leia a íntegra do documento apresentado ao SPT](#)

O coordenador do DMF citou diversas ações que vêm sendo implementadas para monitorar o sistema carcerário brasileiro. Desde janeiro de 2019, a qualificação, a consolidação e a expansão das audiências de custódia são um dos temas trabalhados na parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para enfrentar problemas estruturais no sistema prisional e socioeducativo do país – hoje o [programa Fazendo Justiça](#). As ações sobre audiências de custódia são executadas em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e é um dos principais instrumentos de que dispõe o Judiciário brasileiro para detectar, constatar e apurar casos de tortura. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)  
[Fonte: CNJ](#)

## Qualificação

O magistrado ressaltou as ações do programa Fazendo Justiça para atuar na qualificação das audiências de custódia e de magistrados, inclusive em relação a aplicação das penas e medidas socioeducativas. “O CNJ está comprometido e empenhado no aprimoramento desses problemas. Inclusive, o Conselho Nacional do Ministério Público, o CNMP, está sendo chamado a andar junto conosco nesse tema, para enfrentarmos melhor essas questões”, afirmou. “A qualificação para essas ações e intervenções, a bem da garantia da dignidade da pessoa humana enquanto sujeita à privação da liberdade, é de suma importância para aprimorarmos o cumprimento das leis em todo o ciclo penal.” [...]



Na avaliação desses peritos e peritas, o sistema não está funcionando de maneira efetiva. “Está bem clara a necessidade de monitorarmos as violações de direitos que ocorrem nesses locais e transformá-los em espaços mais transparentes”, destacou a chefe da delegação e presidente do SPT, Suzanne Jabbour, que se colocou à disposição dos órgãos brasileiros para contribuir na superação dos desafios encontrados nessa área. “O Brasil é um país muito importante e relevante e, portanto, deve viver em um Estado de Direito. Queremos saber como podemos ajudá-los.”

# Plenário do CNMP aprova protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise nos sistemas prisional e de segurança pública



O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, durante a 1ª Sessão Ordinária de 2022, realizada nesta terça-feira, 8 de fevereiro, proposta de Recomendação que dispõe sobre os protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise no sistema de segurança pública e no sistema prisional.

[Leia na íntegra.](#)  
[Notícia adaptada.](#)  
[Fonte: CNMP](#)

A proposta, relatada pelo conselheiro Oswaldo D´Albuquerque (foto), foi apresentada pelo então conselheiro Dermeval Farias e pelo conselheiro Marcelo Weitzel durante a 14ª Sessão Ordinária de 2019, realizada em 24 de setembro daquele ano.

O texto da norma recomenda que as unidades do Ministério Público dos Estados e da União que venham a enfrentar contextos de grave crise na segurança pública e no sistema prisional, observem, com as respectivas e necessárias adequações, o Protocolo de Atuação Ministerial no enfrentamento das crises prisionais e o Protocolo de Atuação Ministerial em crises na segurança pública.

Os protocolos foram elaborados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria PRESI-CNMP nº 159/2018, no âmbito da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) e Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP).

O Protocolo de Atuação Ministerial em crises na segurança pública objetiva estabelecer medidas estratégicas e integradas a serem adotadas à vista de uma ameaça ou da instalação de eventos críticos de desestabilização das forças ostensivas de segurança pública com repercussão nacional, estadual ou regional.

O conselheiro Oswaldo D´Albuquerque afirma, no voto, que: “É forçoso reconhecer que a adoção de um modelo de governança de crise sistêmico, integrado e dialógico, revela-se de suma importância para a antecipação, prevenção e enfrentamento de situações cruciais, principalmente em casos de desestabilização de forças de segurança, quando há o risco de solução de continuidade na prestação da segurança pública, colocando em estado de vulnerabilidade a população, em nítida ofensa ao princípio da proibição da proteção deficiente”.

Já o Protocolo de Atuação Ministerial no enfrentamento das crises prisionais objetiva estabelecer medidas estratégicas e integradas diante de uma ameaça ou da instalação de eventos críticos de oposição à autoridade estabelecida, insurreição, revolta, resistência física ou moral no âmbito de unidades prisionais e estabelecimentos de custódia de pessoas privadas de liberdade, quando não haja configuração de crise na segurança pública externa. Nessa última hipótese, as medidas a serem adotadas devem se orientar pelo Protocolo de Atuação Ministerial em Crises na Segurança Pública. [...]

A proposição aprovada seguirá para a Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (Calj), que, se entender cabível, apresentará redação final da proposta. Na sequência, o texto será apresentado em sessão plenária para homologação, por maioria simples, após a qual será publicada no Diário Eletrônico do Conselho.

[Veja aqui a íntegra da recomendação.](#)

## CNMP e Instituto Igarapé celebram acordo visando ao controle externo da polícia penal e à redução da violência no sistema prisional

Com o objetivo de elaborar estudos e recomendações técnicas que visem a orientar o Ministério Público brasileiro no exercício do controle externo da polícia penal e na redução da violência na esfera do sistema prisional nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), e o Instituto Igarapé celebraram um acordo de cooperação técnica. [...]

Durante a 1ª Sessão Ordinária de 2022, realizada nessa terça-feira, 8 de fevereiro, Marcelo Weitzel afirmou: “este acordo de cooperação tem como foco a atuação do Ministério Público em todo o Brasil. Acredito que será de enorme valia na área de pesquisa. O Igarapé é um instituto reconhecido, e a iniciativa é muito boa. Nossa ideia é promover a interação entre as unidades e ramos do Ministério Público, por meio do CNMP e do Instituto Igarapé, cujo histórico de atividade na área de segurança pública dispensa maiores elogios”. [...]



### O acordo

Constam como duas das metas do acordo a elaboração de protocolos de atuação para o acompanhamento da utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo e a elaboração de protocolo de inspeção para orientar o membro do Ministério Público quanto à verificação da captação, do uso, do armazenamento e do tratamento das imagens gravadas por câmeras de vídeo no sistema prisional.

Entre outras obrigações, por meio do acordo, o CNMP e o Instituto Igarapé se comprometem a mapear, em conjunto, instrumentos que podem contribuir para a redução da violência na esfera do sistema prisional.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

## Justiça Pesquisa: Diagnóstico indica soluções para contencioso judicial tributário

O Conselho Nacional de Justiça lançou na quinta-feira (10/2) mais uma edição da Série Justiça Pesquisa. Na quinta edição da série, o foco foi o Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário, realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), selecionado mediante edital público de licitação.

A pesquisa mapeou causas e possíveis alternativas de solução ao grande número de processos tributários pendentes de julgamento, buscando tornar o sistema tributário brasileiro mais simples, justo e célere. Os dados servem para subsidiar políticas públicas que promovam direitos e garantias fundamentais, melhoria do ambiente de negócios, redução do congestionamento do Judiciário, aumento da eficiência fiscal e segurança jurídica.

[Conheça o Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário e outros relatórios do Justiça Pesquisa](#) [...]

### Evento

A série Justiça Pesquisa reúne a produção de estudos realizados de forma independente por universidades e institutos sem fins lucrativos, com o principal objetivo de fornecer subsídios técnicos para o desenvolvimento e a formulação de políticas judiciais.

Na próxima terça-feira (15/2), às 16h20, os principais achados da pesquisa serão abordados no seminário [“Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário”](#), com transmissão pelo [canal do CNJ no YouTube](#). Com a coordenação da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, o trabalho integra o eixo de garantia e segurança jurídica da gestão do presidente do CNJ, ministro Luiz Fux.



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)



# Decisões sinalizam nova chance para ex-presos que não conseguem pagar multa



Decisões recentes de dois importantes tribunais brasileiros sinalizam uma mudança de entendimento da Justiça em relação às pessoas presas que cumpriram a pena de prisão, mas são impedidas de retomar a vida em sociedade porque não conseguem pagar a multa estipulada na condenação em complemento ao tempo de reclusão. No início de janeiro, um homem teve a sua punibilidade extinta pelo [Tribunal de Justiça de São Paulo \(TJSP\)](#) por não ter condições financeiras de quitar a dívida com a Justiça.

O órgão paulista seguiu o novo entendimento do [Superior Tribunal de Justiça \(STJ\)](#) sobre casos semelhantes. As decisões coincidem com um dos objetivos da [Resolução CNJ n. 425/2021](#), que determinou aos juízos de execução penal avaliarem a possibilidade de extinguir a punibilidade de pessoa ré que já tenha cumprido a pena de prisão e esteja em situação de rua. [...]

## Miséria e inadimplência

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que ajuizou as causas que resultaram nas decisões do STJ e do TJSP, calculou que 53% das intimações que chegam ao órgão cobravam multas criminais de valor inferior a R\$ 500 das pessoas sentenciadas. Mesmo assim, as multas seguem em aberto por falta absoluta de recursos.

Apenas 31% de réus entrevistados afirmaram trabalhar – geralmente como ajudante, mecânico, servente, pintor, pedreiro – em troca de uma remuneração mensal inferior a R\$ 1 mil. A escolaridade de 70% da população prisional do estado se restringe ao ensino fundamental. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

## Hipossuficiência

No último dia 10 de janeiro, quando a 7ª Câmara de Direito Criminal do TJSP julgou o caso, os desembargadores aderiram à conclusão do relator do processo, desembargador Klaus Marouelli Arroyo, de que o fato de o homem ser representado pela Defensoria Pública do estado bastava para presumir que faltavam ao sentenciado condições para arcar com o pagamento da multa. Como o Ministério Público não comprovou que ele tinha meios de pagar, a [decisão extinguiu a punibilidade do condenado](#) devido ao “integral cumprimento da pena, independentemente do pagamento da pena de multa”, destacou o magistrado. No seu voto, o relator fez referências ao novo entendimento do STJ sobre o tema, que deve orientar juízes e juízas de instâncias inferiores diante de casos idênticos. [...]

## Diferenciação de crimes e penas

A posição tomada pelo STJ em setembro de 2021 foi uma adequação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu em agosto de 2019 que a multa permanecia como parte da pena criminal, quando fosse sentenciada em complemento à pena de privação de liberdade.

Nessa condição, a sanção deveria receber o mesmo tratamento dispensado aos débitos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Pública. [...]

## Perfil

Em dezembro de 2020, 40,9% dos presos em estabelecimentos prisionais ali estavam por crimes contra o patrimônio; 29,9% por tráfico de drogas e 15,1% por praticar crimes contra a pessoa (homicídio e tentativa de homicídio, por exemplo), de acordo com o InfoPen, levantamento do Departamento Penitenciário Nacional. “Tal cenário do sistema carcerário, note-se, expõe as vísceras das disparidades socioeconômicas arraigadas na sociedade brasileira, as quais ultrapassam o inegável caráter seletivo do sistema punitivo e se projetam não apenas como mecanismo de aprisionamento físico, mas também de confinamento social, a frequentemente reduzir o indivíduo desencarcerado ao status de um não cidadão e, assim, relega-lo à condição de pária social”, afirmou em seu voto o ministro Schietti. [...]



# CNJ lança Painel de Estatísticas do Judiciário nesta terça-feira



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresenta nesta terça-feira (15/2), às 14h20, o sistema mais avançado já desenvolvido na área de coleta e monitoramento de dados judiciários: o Painel de Estatística do Poder Judiciário. A ferramenta será apresentada em evento com transmissão pelo [canal do CNJ no YouTube](#). O Painel de Estatísticas ficará disponível nas páginas de todos os tribunais do país e substituirá gradualmente outras fontes de informação do Poder Judiciário. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

## Transparência

O novo Painel é uma das ações do [Programa Justiça 4.0](#), desenvolvido pelo CNJ e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com o objetivo de aumentar a automação na gestão administrativa e de dados processuais do Judiciário. O Painel de Estatísticas terá atualização mensal, com base nos dados disponíveis no [DataJud](#), que é a fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário. Coletada de maneira automática, as informações passarão a contar com maior consistência e mais detalhes. Com isso, as estatísticas da Justiça serão mais confiáveis do que as obtidas atualmente a partir da alimentação manual dos dados pelos tribunais.

## Serviço:

*Divulgação do Novo Painel de Estatística do Poder Judiciário*  
*Quando:* terça-feira (15/2), às 14h20

Onde: [canal do CNJ no YouTube](#)

# SEEU: atualização reforça atenção a pessoas em vulnerabilidade cumprindo pena

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atualizou o [Sistema Eletrônico de Execução Unificado \(SEEU\)](#), plataforma que integra processos de execução penal em todo o país, com mudanças que permitem maior atenção às populações em situação de vulnerabilidade. O grupo inclui gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas migrantes e população indígena. As alterações trouxeram adequações no cadastro de parte de pessoa física e na pesquisa de processo de execução penal, além gerar alertas na capa dos processos para que fiquem em destaque.

A atualização atende às Resoluções CNJ n. [369](#), [348](#), [405](#), [287](#) e à [Recomendação n.62](#), que abordam, entre outros temas, substituição da privação de liberdade nos casos previstos em lei e na jurisprudência, providências para uma atenção maior do Judiciário a esse público e enfrentamento à propagação da Covid-19. Com as alterações, no cadastro da parte, por exemplo, é possível indicar a autodeclaração de identidade de gênero, nome social, nacionalidades; garantir especificidades relativas ao público transsexual e disponibilizar formulário para cadastro de dependentes. [...]

## Ação integrada

Assim como ocorreu no SEEU, a revisão dos sistemas e cadastros eletrônicos do DMF/CNJ sob a perspectiva das populações em situação de vulnerabilidade também é uma das ações do portfólio programa Fazendo Justiça. Por meio da uniformização dos campos cadastrais e saneamento desses cadastros, a ação objetiva qualificar a gestão processual e acompanhamento de informações sobre os públicos de interesse em diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo.



“A atualização dos sistemas e cadastros por parte do CNJ é importante, mas não suficiente. É fundamental que os servidores responsáveis por alimentar esses dados garantam um correto preenchimento observando também a periodicidade de atualização. É prejudicial, por exemplo, falarmos de dados agregados nacionais que foram atualizados por apenas algumas unidades da federação, pois a informação incompleta pode acabar se tornando uma desinformação”, disse o coordenador do DMF, Luís Lanfredi, na ocasião do lançamento do Manual da Resolução 369, que aborda a situação de mães, pais e responsáveis por dependentes em privação de liberdade.

[Lei na íntegra. Notícia adaptada](#)

# Revista MP e o Sistema de Segurança Pública Brasileiro está com chamada de artigos aberta

Está aberto, até o dia 4 de abril, o período de submissão de artigos a serem publicados pela revista "MP e o Sistema de Segurança Pública brasileiro 2022", editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP). De acordo com o Edital CSP nº 1/2022, que elenca as normas das submissões, poderão ser autores dos artigos membros e servidores do Ministério Público e do CNMP. A submissão também pode ser realizada pelo público em geral, desde que em coautoria com membros e servidores do MP e do CNMP. [...]

Os trabalhos apresentados para avaliação deverão abordar pelo menos uma das dez linhas de pesquisa destacadas no edital, entre as quais estão: diálogos institucionais; estratégias para fortalecimento do diálogo entre o MP e a sociedade civil; mecanismos de controle da execução do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública; modelagens; mecanismos e fluxos, relacionados ao controle externo das polícias

penais e guardas municipais; e abordagens e experiências exitosas relacionadas à promoção dos direitos das vítimas e das pessoas em razão da orientação sexual, identidade de gênero e/ou raça.

[Veja aqui o edital de submissão dos artigos.](#)

[Veja aqui a Política Editorial da publicação.](#)



[Leia na íntegra.](#)  
[Notícia adaptada.](#)  
[Fonte: CNMP](#)

# Grupo de Trabalho do CNMP inicia diálogos sobre o modelo de atuação do Ministério Público frente aos desafios da pós-modernidade

Nessa segunda-feira, 14 de fevereiro, foi realizada a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho - Modelo de Atuação do Ministério Público e os desafios da Pós-Modernidade, instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O encontro, realizado em formato híbrido, foi conduzido pelo coordenador do GT e secretário-geral do CNMP, Carlos Vinícius Alves Ribeiro.

O encontro, em que os integrantes tiveram a oportunidade de manifestar as primeiras impressões sobre o conteúdo tratado pelo GT, deu início aos debates acerca da criação de eixos temáticos de atuação e da definição de um plano de trabalho para a equipe.



Entre as justificativas apresentadas na Portaria CNMP-Presi nº 161/2021, que formalizou o GT, está a importância de desenvolver e difundir a cultura de experimentação no Ministério Público, criando um ambiente seguro, diverso, convidativo e facilitador para o desenvolvimento e a implementação de iniciativas experimentais, cujo resultado não pode ser previamente garantido, mas pode gerar aprendizado e valor para a instituição.

[Veja aqui a Portaria CNMP-Presi nº 161/2021](#)

[Leia na íntegra.](#)  
[Notícia adaptada.](#)  
[Fonte: CNMP](#)

# Relatório apresenta ações para atendimento de pessoas em situação de rua

Com o aumento da desigualdade social, que acarreta diretamente na maior dificuldade para se ter acesso a direitos constitucionais básicos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou um trabalho inédito que incluiu desde entrevistas presenciais com pessoas em situação de rua para identificar suas demandas e necessidades até a promoção de cursos e mutirões de capacitação para o atendimento especializado desse público.

Aprovada em setembro, a [Resolução CNJ n. 425/2021](#) instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.

Entre outros aspectos, o ato normativo prevê que os tribunais devem observar as medidas administrativas de inclusão, como, por exemplo, a manutenção de equipe especializada de atendimento – preferencialmente multidisciplinar – em suas unidades.

“Esse tema é de relevante interesse do CNJ, que lança a Política Pública Judicial focada na população em situação de rua. Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular”, destacou a conselheira Flavia Pessoa, que também foi coordenadora dos trabalhos. “Nosso objetivo foi de não apenas lançar um documento, mas também promover ações que permitissem a imediata implementação da Política”, completou. O material foi apresentado na 344ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada em 8 de fevereiro.

[Acesse a íntegra do relatório de atividades do grupo de trabalho](#)

## Pesquisa

Na pesquisa coordenada pelo grupo de trabalho do CNJ, foi detectado que, entre os principais problemas das pessoas em situação de rua, estão a ausência de documentos de identificação pessoal, o não recebimento de benefícios governamentais, a falta de estrutura para atendimento em pequenas cidades e a falta de interesse nos albergues e abrigos públicos. .



“Buscamos então boas práticas em políticas governamentais para buscar referências a serem consideradas na política judicial”, contou a conselheira Flávia Pessoa. Foram identificados os projetos Vidas no Centro (SP), Banho do Bem (DF), “Rua de Direitos” (MG) e outros, inclusive com interface com tribunais estaduais e federais.

Para realização da atividade em São Paulo, está sendo formado um grupo de trabalho entre o Tribunal de Justiça do de São Paulo, Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para operacionalização do atendimento em rede. “A largada foi dada.

Esse é só o começo de uma longa caminhada a ser trilhada de braços dados, com olhar cúmplice e empático, não para atuar de forma caridosa, mas para assegurar direitos expressos na nossa Constituição Federal, que traz a dignidade da pessoa humana como princípio fundante, garantindo a igualdade a todas as pessoas em solo nacional”, descreveu a conselheira.

[Leia na íntegra.](#)  
[Notícia adaptada.](#)  
[Fonte: CNJ](#)



# Pesquisa indica ser necessário mais esforço para prevenir assédio no Judiciário

O Poder Judiciário está trabalhando para adotar medidas preventivas contra todas as formas de assédio e discriminação junto a servidores, servidoras, magistratura e equipes terceirizadas. Segundo dados de pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ainda é preciso sensibilizar o público que atua nos tribunais sobre essa questão. A pesquisa realizada no final do ano passado foi respondida por 14.965 pessoas de todos os ramos da Justiça.

[Leia a íntegra do relatório da Pesquisa](#)

Para a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Ana Aguiar, ainda é preciso divulgar mais a [Resolução CNJ n. 351/2020](#), que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do Poder Judiciário. “Identificamos que 35% do nosso público ainda não conhecem a norma e 57% conhecem pouco. A partir dos dados do diagnóstico, o Comitê de Prevenção deve discutir novas estratégias para ampliar esse conhecimento”, afirmou durante [seminário realizado pelo CNJ na quarta-feira \(16/2\)](#).

Realizada entre 22 de novembro e 17 de dezembro, a pesquisa apontou que, do total de pessoas respondentes, 86,4% eram servidores ou servidoras e 6,3% eram membros da magistratura. A maior parte é da Justiça estadual (63%), seguida pela Justiça do Trabalho (14,5%). O objetivo do levantamento foi verificar o cumprimento da resolução que, entre outras medidas, prevê mecanismos de acolhimento, suporte e acompanhamento de denúncias e de pessoas afetadas por assédio no ambiente judiciário e o alinhamento da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação com o planejamento estratégico de cada órgão. [...]

[Leia na íntegra. Fonte: MP/BA](#)



O assédio moral foi apontado como a principal queixa entre os respondentes, com incidência de 74,1%, seguido pelo assédio sexual, que representa 12,9% dos casos. Além disso, 74,4% afirmaram que o assédio foi cometido por alguém em posição hierárquica superior. Des tacou-se, porém, o alto percentual de pessoas que preferiram não informar (70,6%). [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

## Policiais têm prisão decretada por crime de tortura e morte de um homem em Itapebi

A pedido do Ministério Público estadual, a 1ª Vara da Auditoria Militar decretou a prisão de dois policiais denunciados pelo MP por crime de tortura, previsto na Lei nº 9455/1997, que resultou na morte de um homem em Itapebi. Os decretos de prisão foram cumpridos hoje (9) pela Corregedoria da Polícia Militar da Bahia. Os dois policiais lotados na 7ª Companhia Independente da Polícia Militar de Eunápolis foram denunciados por meio de uma atuação conjunta do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e a 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis. Eles estão presos à disposição da Justiça.

Conforme consta na denúncia, no dia 16 de janeiro deste ano, por volta das 17h, os denunciados causaram intenso sofrimento físico e mental em um homem em Itapebi, com o objetivo de obter a confissão de que a vítima havia furtado um aparelho celular. Os atos de tortura praticados pelos dois policiais causaram a morte da vítima. [...]



# Notícias Externas

---

GOV BR, DEPEN e SSP



# Bahia fecha trimestre com redução de 14,3% nos números CVLIs

A redução no número de mortes em dezembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020 seguiu a tendência dos meses anteriores e fez a Bahia fechar o último trimestre com os menores números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) do ano. No último trimestre, a diminuição foi de 14,3%, passando de 1487 casos para 1274 na comparação entre os dois anos. A diferença representa a preservação de 213 vidas no período.

A categoria - que reúne homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte - apresentou diminuição no mês de dezembro em todo o estado, passando de 467 casos em 2020 para 393 este ano. Em Salvador, a queda nos índices foi de 38,5% (de 117 para 72), e de 15% no interior, com redução de 313 para 266 mortes.

A tendência de queda teve início ainda em outubro, quando os CVLIs passaram de 522 em 2020, para 466 este ano (-22%), e seguiu em novembro, com a redução de 18% (de 498, em 2020, para 415, em 2021).

“Esse é o resultado de muito esforço, do envolvimento das equipes policiais e dos investimentos realizados ao longo do ano, unidos ao trabalho de investigação e inteligência que ajudou a identificar os principais grupos responsáveis pelos crimes”, destacou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarin.

Ele também reforça que a redução do último mês também é reflexo das operações executadas ao longo do ano, que já apresentaram resultados com as diminuições registradas em outubro em novembro.

"Com isso fechamos o último trimestre com índices menores do que os registrados no mesmo período que 2020. A expectativa é que, em 2022, a gente ainda colha os frutos desse trabalho, e que segue de forma intensa em toda a Bahia", finaliza o gestor.

## Primeiro final de semana de 2022

O primeiro final de semana de 2022 manteve a tendência de queda, com diminuição de 22,9% nos casos de Crimes Violentos Letais e Intencionais na Bahia, comparado ao mesmo período de 2021.

Nos dias 1 e 2 de janeiro de 2022 foram computadas 27 ocorrências, contra 35 do ano anterior. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) – composta por 13 cidades - registrou o menor número de casos (3), seguido da capital (4) e interior (20).



## STF endurece critérios para decretação de prisão temporária

Por seis votos favoráveis contra cinco contrários, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu adotar critérios mais rígidos para a decretação da prisão temporária de investigados.

Em plenária virtual realizada na sexta-feira (11/02), os ministros proibiram esse tipo de prisão para averiguações, quando a liberdade do investigado fica restrita para a checagem de fatos em inquéritos policiais. [...]

Após determinar que a ação será decidida em caráter definitivo, o ministro Gilmar Mendes encaminhou o processo à AGU (Advocacia Geral da União).

[Lei mais acessando. Fonte: UOL Notícias](#)

## Guerra entre facções eleva taxa de homicídios em até 46% nos estados.

Uma pesquisa inédita revela um aumento de até 46% na taxa de homicídios nos estados onde há disputa pelo comércio de drogas entre ao menos duas das três maiores facções criminosas do país: PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho) e a FDN (Família do Norte).

O estudo é a tese de doutorado de Stephanie Gimenez Stahlberg, pesquisadora na Universidade de Stanford (EUA) e doutora em relações internacionais pela Universidade Johns Hopkins (EUA). "As facções aumentaram a sua presença em diversos estados, e a competição pelas rotas do tráfico de drogas empurrou o nível de violência para patamares nunca alcançados na história do Brasil", diz.. [...]

## Plenário do CNJ aprova criação de Ouvidoria Nacional da Mulher

Quando tomou posse na presidência do Conselho Nacional de Justiça, em 2020, o ministro Luiz Fux prometeu mudar um dado estatístico que apontava o Brasil como o quinto pior país do mundo para uma mulher viver. Para contribuir na transformação do Brasil em um lugar onde mulheres possam viver sem medo, o CNJ aprovou na última terça-feira (8/2) a primeira Ouvidoria Nacional da Mulher, no âmbito do Conselho.

O novo órgão tem como principal objetivo informar à mulher vítima de violência seus direitos, assim como ouvir, receber e encaminhar às autoridades competentes os procedimentos judiciais que se refiram aos atos de violência contra a mulher, contribuindo para o aprimoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário.

O acesso à Ouvidoria poderá ser realizado pessoalmente, na sede do CNJ; por correspondência física ou eletrônica; por ligação telefônica; formulário eletrônico; balcão virtual ou por qualquer outro meio tecnológico disponibilizado pelo órgão. Presidente da Comissão Permanente de Combate à Violência, a conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, que hoje é a Ouvidora Nacional de Justiça, será a primeira Ouvidora Nacional da Mulher. [...]

[Leia completa. Fonte: site UOL](#)

[Veja completa. Notícia Adaptada. Fonte: CONJUR](#)



# Banco Nacional de Perfis Genéticos já auxiliou em mais de 3 mil investigações criminais

Com o material coletado em todo o país é possível identificar a autoria de crimes sem solução

Com cerca de 102 mil perfis genéticos de criminosos condenados e de vestígios colhidos nos locais de crimes, o Banco Nacional de Perfis Genéticos já auxiliou em mais de 3,4 mil investigações criminais no Brasil. O banco é coordenado pelo Ministério da Justiça e teve os investimentos reforçados, somando R\$ 150 milhões desde 2019.

“[O banco] Representa um grande avanço no combate à criminalidade uma vez que proporciona um número maior de elucidação dos crimes, em especial dos crimes sexuais e contra a vida, efetivando a justiça em todos esses casos e diminuindo a impunidade em nosso país”, afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres. [...]

## Coleta de perfis e identificação de acusados

Criado em 2013, o banco auxilia as investigações criminais por meio da prova pericial do DNA. Com o material, é possível identificar a autoria de fatos criminosos sem solução, comprovar a inocência de suspeitos e ainda relacionar um determinado caso com outras investigações das demais esferas policiais.

Qualquer crime que o infrator deixe material biológico é passível de elucidação usando as informações armazenadas no banco. Mesmo em crimes contra o patrimônio, homicídios cometidos com arma de fogo, não raro o criminoso deixa seu material biológico no local.

O material genético é coletado pela perícia no local do crime ou no corpo da vítima. Além de exames feitos pelas vítimas de violência no Instituto Médico Legal (IML) a coleta é feita também dos condenados nos casos previstos em lei.

[Notícia Adaptada. Leia na íntegra. Fonte: Governo Federal](#)

# Operação Força Total intensifica policiamento na Bahia

A Polícia Militar da Bahia intensificou o policiamento nos 417 municípios baianos com o início da primeira edição da Operação Força Total. A cerimônia de lançamento ocorreu nesta quinta-feira (13), no bairro da Boca do Rio, e contou com a presença do comandante geral da PM, coronel Paulo Coutinho, de praças e oficiais da corporação.

A operação amplia as ações ostensivas, preventivas e repressivas de forma a potencializar o policiamento e as operações policiais já em andamento ampliando a segurança no estado. Também está previsto policiamento em áreas específicas e o cumprimento de mandados de prisão, abordagens a pessoas, veículos e ônibus, além de paradas em pontos estratégicos nos principais corredores de tráfego e blitzes nas rodovias estaduais.



Além do efetivo que atua diariamente, cinco mil policiais militares irão reforçar as ações, inclusive das unidades administrativas e de ensino. Eles atuarão a pé, em viaturas, motocicletas, bases móveis, aeronaves e em postos de abordagem policial.

"A nossa principal missão é proteger a sociedade. No último trimestre tivemos uma redução de 14,3% nos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) e 40% no mês de janeiro, em comparação com o mesmo mês do ano passado. Esse resultado é fruto do trabalho de toda a tropa, grande responsável por essa redução. Esta operação é uma mensagem de força e segurança para o cidadão", pontua o comandante geral.

[Veja mais. Fonte: SSP](#)

## Janeiro tem queda de 23,7% nos crimes contra a vida



A Bahia apresentou diminuição de 23,7% no mês de janeiro de 2022 nos Crimes Letais e Intencionais (CVLIs), comparado ao mesmo período de 2021. Foram 389 casos, contra 510, o que reflete na preservação de 121 vidas. [...]

Essa tendência segue desde o mês de outubro quando os CVLIs passaram de 522, em 2021, para 466 em 2021 (-22%). No geral, o último trimestre do ano passado teve redução de 14,83%. Foram 1.274 casos contra 1.487 em 2020.

O secretário da SSP, Ricardo Mandarinho, atribui esse resultado às prisões, retiradas de armas das ruas e às operações conjuntas realizadas pelas Polícias Militar e Civil. "É um trabalho constante, diário, que requer muito empenho e determinação. Nosso efetivo é formado por profissionais que se dedicam em proporcionar o melhor à população Baiana. E os números comprovam isso. Não há dúvidas que seguiremos nesse caminho de, cada vez mais, reduzirmos os índices criminais", garantiu o gestor.

[Confira completa. Fonte: SSP](#)

## Intolerância e falta de políticas estimulam violência contra imigrantes, aponta debate

A ausência de políticas públicas voltadas ao acolhimento dos migrantes e refugiados no Brasil, atrelada à intolerância da sociedade brasileira, foram apontados por senadores e debatedores como motivações que levaram ao assassinato do congolês Moïse Kabagambe, ocorrido no Rio em 24 de janeiro.

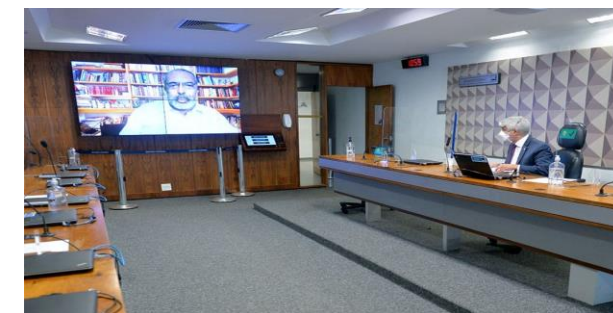
O debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e pela Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) nesta terça-feira (8) ainda apontou irregularidades nas contratações dessas pessoas no mercado de trabalho brasileiro, que chegam, inclusive, a ser submetidas a condições análogas à escravidão. [...]

[Confira completa. Fonte: Senado Federal](#)

Presente à audiência por meio de videoconferência, o irmão de Moïse, Djodjo Kabagambe, disse que outras pessoas envolvidas no crime ainda não foram presas. Ele pediu justiça pela morte do familiar e cobrou a liberação das imagens do ocorrido na íntegra.

— Pedimos justiça pelo nosso irmão. Sabemos que tem muita coisa escondida por trás disso, tem mais participantes que não estão presos e que estão sendo protegidos. E a gente está pedindo ajuda de todos, e principalmente da polícia, que possa liberar o vídeo total — pediu.

Até o momento, três homens foram presos pela morte de Moïse Kabagambe. [...]



## Polícia Civil realiza procedimentos por meio digital em todo estado

A Polícia Civil da Bahia realiza diariamente milhares de procedimentos relacionados a ocorrências de natureza policial, dentre as várias tipificações delituosas, com seus diversos atos, a exemplo de depoimentos, solicitação de mandados de prisão e de busca e apreensão.

Essas são algumas das ações que desde novembro de 2021, quando foi totalmente implantado o sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos (PPE), dispensaram os meios físicos e atualmente ocorrem de modo digital. A Polícia Civil da Bahia iniciou o ano de 2022 ocupando o primeiro lugar em relação aos 10 estados que utilizam o sistema, nas confecções de Boletins de Ocorrências e outros procedimentos. [...]

A delegada-geral Heloísa Campos de Brito comemora o avanço para a Instituição e a sociedade.



“Trata-se de um marco histórico no processo de modernização da Polícia Civil. Tivemos um tempo recorde de implantação proporcionando mais celeridade nos procedimentos e outros benefícios para as atividades nas nossas unidades, refletindo diretamente na melhoria dos atendimentos ao nosso público”, destacou. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: SSP](#)

## Ministro Anderson Torres se reúne com secretários estaduais e debate ações do ano para o reforço da segurança pública

**Brasília, 10/02/2022** — O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, participou, nesta quinta-feira (10), de reunião com o Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Conseps). O objetivo do primeiro encontro do ano com os representantes estaduais foi discutir assuntos prioritários da segurança pública de todo o país. [...]



Entre os temas apresentados estão o aperfeiçoamento de programas, como o ComprasSusp, novas capacitações para profissionais e maior projeção de repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública e de aquisições para as forças de segurança. Também foi exposto o calendário das operações integradas para 2022, expansão de ações voltadas para o combate a crimes ambientais, atividades de prevenção e combate à criminalidade, dados do sistema prisional brasileiro, entre outros.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: Governo Federal](#)



# Reunião do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública marca semana do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Também, Ministério iniciou a 2ª edição da Operação Resguardo de combate à violência contra a mulher

**Brasília, 11/02/2022** — O ministro Anderson Torres participou da reunião com o Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Conseps), realizada no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O objetivo do primeiro encontro do ano com os representantes estaduais foi discutir assuntos e ações prioritárias da segurança pública de todo o país. [...]

## Operação Resguardo

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) inicia, nesta segunda-feira (7), a segunda edição da Operação Resguardo, com ações integradas de combate a crimes de violência contra a mulher em todo o país. A ação será realizada pelas Polícias Cíveis de todos os estados e do Distrito Federal, sob coordenação da Secretaria de Operações Integradas (Seopi). A Operação Resguardo tem como objetivo apurar denúncias, instaurar inquéritos policiais e cumprir mandados de prisão. [...]



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: Governo Federal](#)

## Operações Integradas

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul realizou a 2ª fase da Operação "Fim da Linha". A ação, que teve como alvo criminosos que usavam empreiteiras, empresas de fachadas e pessoas físicas para cometer o crime de lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas, contou com o apoio da Secretaria de Operações Integradas (Seopi), do MJSP. Foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão nos estados de Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul em trabalho integrado com as polícias civis locais.

# MP que cria programa habitacional para policiais abre pauta de quarta-feira

O primeiro item da pauta do Plenário do Senado desta quarta-feira (16) é a Medida Provisória (MPV) [1.070/2021](#), que cria o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, o Habite Seguro. A matéria [foi aprovada](#) na última quinta-feira (10) na Câmara dos Deputados e tem validade até a próxima segunda (21). O relator da matéria é o senador Marcos do Val (Podemos-ES).Fonte:



O programa permite o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para subsidiar a aquisição da casa própria pelos profissionais da área, com prioridade aos de renda bruta mensal de até R\$ 7 mil. O valor máximo do imóvel a ser financiado será de R\$ 300 mil e o subsídio varia conforme a faixa de renda, abrangendo ainda a tarifa para contratação com valor máximo de R\$ 2,1 mil.

Serão contemplados os profissionais ativos, da reserva, reformados ou aposentados das carreiras de policial civil, militar, federal, rodoviário federal, penal, bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais, amparados pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais ([Lei 13.022, de 2014](#))

[Leia mais. Fonte: Senado Federal](#)

## Feminicídio tem queda de 21,4% em Janeiro

As ações de unidades especializadas das forças de segurança conseguiram reduzir em 21,4% o índice de feminicídios - contra a mulher por condição de gênero - em todo o território baiano. Foram contabilizados dados dos 417 municípios baianos durante o mês de janeiro de 2022.

Em 2021 foram computados 14 mortes de mulheres em razão do gênero, contra 11 no primeiro mês deste ano, representando a preservação de três vidas. A capital baiana não registrou feminicídio e as cidades de Macaúbas, Santo Antônio de Jesus, Camaçari e Valença apresentaram redução de 100% no número de casos. [...]

O gestor da SSP, Ricardo César Mandarin Barretto, explica que o combate à violência contra mulher é uma prioridade para a pasta.



"Estamos alinhados com outras secretarias do estado para ampliar o combate. Além de prisões em flagrante, mandados cumpridos e monitoramento das medidas protetivas, nossas unidades também realizam ações educativas para reduzir a cultura do machismo e interromper o ciclo de violência", explicou o secretário. Casos de violência contra a mulher podem ser denunciados por meio do telefone 190 e podem ser registrados também na Delegacia Virtual.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: SSP](#)

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: Governo Federal](#)

## Brasil M.A.I.S alcança 200 instituições com acesso gratuito a imagens de satélite para combate ao crime

**Brasília, 17/02/2022** – O Programa Brasil M.A.I.S (Meio Ambiente Integrado e Seguro), um dos projetos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atingiu a marca de 200 instituições federais e estaduais com acesso gratuito ao sistema. Além disso, em 16 meses, a ferramenta já auxiliou mais de 70 operações no país, com detecções de mudanças e alertas de indícios de diferentes tipos de ilícitos.

"A grande adesão ao Programa Brasil M.A.I.S demonstra a importância estratégica do uso de dados de alta tecnologia para a geração de informações atualizadas, disponibilizadas e incorporadas às ações de segurança para o combate ao crime organizado, com destaque para os crimes ambientais", destaca o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres. [...]

O Brasil M.A.I.S. atende com alta tecnologia projetos, atividades e ações de órgãos públicos e das entidades do Ministério, além dos integrantes estratégicos e operacionais do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública). Além disso, a partir das imagens adquiridas pelo satélite, a plataforma permite acesso e compartilhamento das imagens geradas diariamente, com o objetivo de contribuir para potencializar a utilização dos produtos fornecidos entre as instituições e os milhares de usuários espalhados pelo país



**BRASIL M.A.I.S ALCANÇA 200 INSTITUIÇÕES COM ACESSO GRATUITO A IMAGENS DE SATÉLITE PARA COMBATE AO CRIME**

# Depen amplia atendimento de telemedicina nas penitenciárias federais



Como forma de ampliar o direito à assistência à saúde nas penitenciárias federais, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) aumentou a disponibilidade de especialidades atendidas por telemedicina para presos do Sistema Penitenciário Federal (SPF). A telemedicina no sistema prisional é uma ferramenta tecnológica e inovadora de apoio à saúde. A iniciativa integrou o rol de ações emergenciais voltadas para a prevenção, controle e cuidados da COVID-19 nas penitenciárias federais desde 2020. Além disso, diminui a necessidade das saídas de presos de alta periculosidade das unidades para consultas externas.

O atendimento médico ao preso é realizado no serviço de saúde das penitenciárias, na modalidade de videoconferência, em plataforma exclusiva da empresa contratada. No momento da consulta, há intercâmbio de informações entre os médicos e servidores da saúde do SPF.

O SPF possui equipe de servidores que Especialistas Federais em Assistência à Execução Penal – clínicos médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, dentistas, farmacêuticos, assistentes sociais e pedagogos - e Técnicos Federais de Apoio à Execução Penal – que têm as atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico aos enfermeiros e odontólogos. [...]

Assistência à saúde nas penitenciárias federais – O Sistema Penitenciário Federal possui 5 presídios federais localizados em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF). Os presídios federais são referência no Brasil e no mundo devido ao sucesso no isolamento de lideranças criminosas, segurança, procedimentos rigorosos e garantia dos direitos dos custodiados, conforme estabelecido na Lei Execução Penal (LEP).

Conforme institui o art. 10 da LEP, “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Por isso, além de garantir direitos, as assistências fornecidas pelo Estado têm importante papel no isolamento dos custodiados de alta periculosidade, já que eles não precisam se deslocar para fora da unidade prisional para receberem assistência básica e não precisam receber materiais externos para suprirem necessidades.

[Saiba mais. Notícia Adaptada. Fonte: Governo Federal](#)







# Expediente

Procuradora-Geral de Justiça  
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP  
Coordenador  
Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe  
Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social  
Ana Clara de Carvalho Andrade – Estagiária de Serviço Social  
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo  
Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração  
Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico  
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo  
Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br  
 71 3103-0381  
 71 3103-0382  
 71 3103-0383